



Número: **0136504-49.2018.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 30ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **20/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO FELIX DA SILVA (AUTOR)		BRUNO LEONARDO NOVAES LIMA (ADVOGADO) MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTI (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
48373999	26/07/2019 14:40	2608161_RECURSO_DE_APELACAO_01.PDF	Petição em PDF



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE - SEÇÃO AB

Processo n. 01365044920188172001

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO FELIX DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 23/07/2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE



PROCESSO ORIGINÁRIO DA 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE / PE

Processo n.º 01365044920188172001

APELADA: ANTONIO FELIX DA SILVA

APELANTES: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

DAS RAZÕES DO RECURSO

COLENTA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Conforme apresentado na peça de bloqueio, a parte autora, ora Apelada, encontrava-se inadimplente com o prêmio do seguro, quando da ocorrência do sinistro, motivo pelo qual não há cobertura para o mesmo.

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso de apelação, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “*a quo*” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

LESÃO PREEXISTENTE

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Por amor ao debate a Apelante traz à baila, em uma simples consulta em seus arquivos que a parte Apelada, já percebeu a indenização do seguro DPVAT em face de outros sinistros ocorridos em 20/11/2005 e 04/06/2018, já tendo recebido da Seguradora administrativamente exatamente a quantia de **R\$ 1.687,50 (UM MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

Sinistro ocorrido em 20/11/2005 – regulação administrativa nº 2009420017 – pagamento no valor de R\$ 2.698,77 – referente à MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

Sinistro ocorrido em 04/06/2018 – regulação administrativa nº 3180379853 – pagamento no valor de R\$ 1.687,50 (UM MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) – referente à MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

Referente ao **sinistro ocorrido em 20/11/2005**, a vítima entrou com processo judicial no I Juizado especial cível de Caruaru/PE de número 0002436-68.2009.8.17.8019 (002436/2009-00), onde teve anexado aos autos laudo do IML, que teve a gradação das lesões no membro inferior esquerdo – pagamento no valor de **R\$ 15.189,16** (julgou procedente o valor da causa)

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Os Médicos Legistas abaixo assinados, cumprindo determinação do Diretor do Instituto Médico Legal Antônio Persivo Cunha, de acordo com o disposto na legislação vigente, examinado às 16:15 horas do dia 19 de junho de 2006, na Seção de Clínica Médico-legal, procederam o exame de: **ANTÔNIO FELIX DA SILVA**, filho(a) de ** e ** de cor **preta**, sexo **masculino**, cabelos **pretos**, barba **por fazer**, estado civil **casado**, aparentando a idade de 30 anos, peso **, com ** cm de estatura, residente à **Rua Jailson Ferreira Tenório nº **, bairro **, município Stº Cruz Do Capibaribe, Estado PE**, natural de **Belo Jardim PE**, nacionalidade **Brasileira**, documento apresentado ****, profissão **Func Público**, vestes **, sinais particulares **, local da ocorrência **, verificaram o que, a seguir, descrevem, pelo que respondem a estes quesitos:

1º Da ofensa à integridade corporal ou à saúde do periciando resultou: Debilidade permanente de membro, sentido ou função; perigo de vida; incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias, aceleração de parto? (especificar) **SIM, DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, PELAS SEQUELAS DO TORNOZELO. INCAPACIDADE PARA AS OCUPAÇÕES HABITUAIS POR MAIS DE 30 (TRINTA) DIAS, PELA FRATURA-LUXAÇÃO EXPOSTA DO TORNOZELO ESQUERDO.**

2º Da ofensa resultou deformidade permanente, perda ou inutilização de membro, sentido ou função, enfermidade incurável, incapacidade permanente para o trabalho, aborto? (especificar) **Sim - Deformidade permanente do membro inferior esquerdo, pelas cicatrizes descritas.**

3º Do ponto de vista Médico-legal, o periciando está restabelecido? **Não.**

*** **HISTÓRICO** – Periciando com história de ter sido envolvido em acidente de trânsito (moto) no dia vinte de novembro de 2005, onde fora atendido no Hospital Regional do Agreste, nesta cidade e submetido a tratamento cirúrgico de fratura luxação do tornozelo esquerdo. No momento informa ainda esta em tratamento fisioterápico, no entanto refere grande dificuldade para deambulação.

*** **DESCRIÇÃO** – Ao exame pericial observamos o periciando com deambulação claudicante, edema importante do pé e tornozelo à esquerda, assim como percebemos cicatrizes deformantes, sendo uma linear, medindo oitenta milímetros, hipertrômica e com marcas de pontos, na face ântero-lateral do terço distal da perna esquerda e a outra grosseiramente arredondada, com retração e depressão da pele, com seus maiores eixos medindo sessenta por cinquenta milímetros, localizada na face anterior do terço distal da perna esquerda. Observamos ainda limitação nos movimentos de rotação lateral e medial do tornozelo esquerdo.

Boletim de atendimento médico, indicando os mesmos membros :

DATA DO ACIDENTE: 04/06/2018	DATA DO INICIO DO TRATAMENTO MÉDICO: 04/06/2018
NOME COMPLETO E CRM DO MÉDICO: José do Nascimento Mateus CRM 11695 - PE	
LESOES RESULTANTES DO ACIDENTE: fratura cominativa de extremidade distal do osso da perna esquerda.	
DADOS RESUMIDOS DO TRATAMENTO:	
GRAU DE INCAPACIDADE FUNCIONAL IRREVERSIVEL (especificar o segmento ou órgão atingido).	
SEGMENTO ANATÔNICO OU ÓRGÃO AFETADO	
do crânio, edema pos. cirúrgico e hematomas, fratura no tornozelo esquerdo.	

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



LAUDO PERICIAL JUDICIAL:

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Fratura dos ossos da perna
Esquerda submetida a tra-
tamento cirúrgico.

Segmento
Anatômico

Marque o percentual

1º Lesão

Membro inferior ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve
Esquerdo ☐ 50% Média ☒ 75% Intensa

Assim, a presente demanda trata-se indenização securitária em decorrência de lesão preteritamente afetada, ou seja, o Apelado não pode pleitear verba indenizatória de membro com deformidade permanente preexistente!

Assim, é de grande importância este Egrégio Tribunal atentar-se que a parte Apelada já realizou pleito administrativo indenizatório DPVAT em virtude de invalidez permanente decorrente de acidente pretérito.

Não obstante a Apelada traz a colação jurisprudência pátria em caso análogo, como segue:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT. NEXO CAUSAL. NÃO COMPROVAÇÃO. LAUDOS DO IML E DO JUÍZO QUE APONTAM QUE A -LESÃO INCAPACITANTE É ANTERIOR AO ACIDENTE. RECURSO IMPROVIDO. Para que se configure o direito à verba indenizatória do Seguro DPVAT, faz-se necessário que o evento morte ou invalidez haja sido consequência do acidente automobilístico. Ao autor incumbe a comprovação (art. 333, I, CPC) do nexo de causalidade entre a invalidez apresentada e o acidente relatado. Embora não esteja o Juiz adstrito às conclusões do laudo pericial (art. 436 do CPC), deve este ser prestigiado quando inexistente nos autos elementos ou provas capazes de infirmar as assertivas nele lançadas. Concluindo a perícia que a invalidez apresentada é preexistente ao acidente e que restou ausente prova do seu agravamento, a improcedência do pedido se impõe. RECURSO IMPROVIDO.

(TJ-BA - APL: 00801731320118050001 BA 0080173-13.2011.8.05.0001, Relator: Maria do Socorro Barreto Santiago, Data de Julgamento: 18/02/2014, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 19/02/2014)

Diante dos fatos aduzidos, resta evidenciado nos autos que a r. decisão, não fez a melhor justiça, data vênia, ferindo o princípio da razoabilidade, razão pela qual, a Apelante opõe o presente Recurso, com a finalidade de evitar a condenação injusta e infundada.

Equivoca-se a parte Autoral quando tenta fazer crer que faz jus ao recebimento a nova indenização em grau total, sem atentar-se que já recebeu conforme a Lei 11.945/2009 em que nos casos de invalidez permanente

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



TOTAL a vítima receberá o montante de ATÉ R\$ 13.500,00, não existindo a possibilidade de receber 2 (DUAS) VEZES este valor alegando novo sinistro e nova lesão.

Portanto, não há qualquer valor a ser indenizado ao Apelado em relação ao sinistro noticiado nos autos, pois, se assim fizéssemos ESTAREMOS PAGANDO 2(DUAS) VEZES PARA UM SINISTRO DE INVALIDEZ, A PARTE APELADA MAIS DO QUE A LEI PREVÊ PARA PAGAMENTO POR MORTE POR EXEMPLO, para corroborar com o alegado.

Desta forma, requer a Apelante que seja a referida SENTENÇA REFORMADA *IN TOTUM*, a fim de que sejam julgados Improcedentes os pedidos da Apelada.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 23/07/2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE 4246, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na 30225 - OAB/PE, os poderes que lhes foram conferidos por **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ANTONIO FELIX DA SILVA**, em curso perante a **30ª VARA CÍVEL** da comarca de **RECIFE**, nos autos do Processo nº 01365044920188172001.

Rio de Janeiro, 23/07/2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Número: **0136504-49.2018.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 30ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **20/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO FELIX DA SILVA (AUTOR)		BRUNO LEONARDO NOVAES LIMA (ADVOGADO) MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTI (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
48374000	26/07/2019 14:40	ANEXO 1	Outros (Documento)

Número	0002436-68.2009.8.17.8019 (002436/2009-00)	PARTES	
Feitos	- OUTROS	Parte	Nome
Fase	ENCERRAMENTO	DEMANDANTE	ANTONIO FELIX DA SILVA
Turma	IT - TARDE	DEMANDADO	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO

MOVIMENTAÇÕES		
Data	Descrição do Ato	Complemento
04/11/2011 15:28:53	ARQUIVAMENTO - Ver Texto	
13/10/2011 14:50:32	ALVARÁ - Ver Texto	LEVANTAMENTO DE DEPÓSITO
13/10/2011 14:42:18	DESPACHO - Ver Texto	EXPEÇA-SE O COMPETENTE ALVARÁ
13/10/2011 14:32:14	CONCLUSÃO - Ver Texto	ALVARÁ
24/08/2011 17:42:20	JUNTADA - Ver Texto	GUIA DE PAGAMENTO
03/08/2011 15:55:24	INTIMAÇÃO - Ver Texto	DESPACHO
03/08/2011 15:54:31	DESPACHO - Ver Texto	
28/07/2011 13:45:52	CONCLUSÃO - Ver Texto	
28/07/2011 13:45:21	JUNTADA	PETIÇÃO
20/07/2011 14:35:11	ALVARÁ - Ver Texto	LEVANTAMENTO DE DEPÓSITO
20/07/2011 14:32:03	DESPACHO - Ver Texto	EXPEÇA-SE O COMPETENTE ALVARÁ
20/07/2011 14:31:46	CONCLUSÃO - Ver Texto	ALVARÁ
20/07/2011 14:30:59	CERTIDÃO - Ver Texto	
15/06/2011 10:56:12	DEVOLUÇÃO - Ver Texto	COLÉGIO RECURSAL
15/06/2011 10:55:57	ACÓRDÃO	RECURSO IMPROVIDO
28/04/2011 15:01:32	REMESSA - Ver Texto	COLÉGIO RECURSAL
10/03/2011 15:55:42	INTIMAÇÃO - Ver Texto	DESPACHO
10/03/2011 15:46:45	DESPACHO - Ver Texto	REMETA-SE RECLAMAÇÃO AO COLÉGIO RECURSAL



23/02/2011 17:09:44	CONCLUSÃO - Ver Texto	RECLAMAÇÃO
23/02/2011 17:09:32	CERTIDÃO - Ver Texto	
23/02/2011 17:07:43	JUNTADA - Ver Texto	RECLAMAÇÃO
14/12/2010 17:58:39	INTIMAÇÃO - Ver Texto	RECURSO DESERTO
14/12/2010 17:58:38	INTIMAÇÃO - Ver Texto	RECURSO DESERTO
14/12/2010 17:50:53	DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - Ver Texto	RECURSO DESERTO
14/12/2010 17:49:49	CONCLUSÃO - Ver Texto	RECURSO
14/12/2010 17:49:03	CERTIDÃO - Ver Texto	RECURSO
28/10/2010 13:26:40	INTIMAÇÃO - Ver Texto	SENTENÇA
28/10/2010 12:52:39	JUNTADA - Ver Texto	PREPARO DO RECURSO
28/10/2010 12:36:46	JUNTADA - Ver Texto	RECURSO
28/09/2010 13:30:09	SENTENÇA - Ver Texto	JULGADO PROCEDENTE
19/05/2010 14:55:58	CONCLUSÃO - Ver Texto	SENTENÇA
19/05/2010 14:55:23	JUNTADA	PETIÇÃO
23/04/2010 13:20:51	INTIMAÇÃO - Ver Texto	DESPACHO
23/04/2010 13:04:17	DESPACHO - Ver Texto	
26/02/2010 15:47:54	CONCLUSÃO - Ver Texto	SENTENÇA
26/02/2010 15:45:39	ENCAMINHAMENTO	INSTRUÇÃO
26/02/2010 15:44:48	ENCAMINHAMENTO	SECRETARIA
26/02/2010 15:44:47	REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Ver Texto	CONCILIAÇÃO
23/09/2009 15:13:51	CITAÇÃO - Ver Texto	
23/09/2009 15:13:50	TERMO - Ver Texto	QUEIXA
23/09/2009 15:13:40	AGENDAMENTO DE AUDIÊNCIA	CONCILIAÇÃO



23/09/2009 15:13:39	DISTRIBUIÇÃO	
23/09/2009 15:13:38	AUTUAÇÃO E REGISTRO	

Estes dados são apenas informativos, não tendo nenhum valor legal.



NO


GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
GPA 15ª UNIDADE SECCIONAL DE POLÍCIA - BELO JARDIMPE
111ª CIRCUNSCRIÇÃO DE POLÍCIA CIVIL - JATÁUBA/PE

CÓPIA AUTÊNTICA

OCORRÊNCIA Nº 026/2005

Hoje dia 20/11/05 por volta de 22:30, este policial quando se deslocava da vaquejada no parque Almeida, sentido Jataúba, perto do trevo que dá acesso a Santa Cruz do Capibaribe, juntamente com os soldados da PMPE, Dorgival e Francisco, fomos abordados pelo Sr. José Robério Queiroz Ramos, que nos informou que quando se deslocava de Jataúba, sentido Poço Fundo, nas proximidades do Sítio Salgado, percebeu que havia um elemento no meio da faixa da pista, elemento este que foi identificado posteriormente, tratava-se do Sr. Francisco Porfiro Ribeiro, mais conhecido como "Tozinho", foi quando diminuiu a velocidade de seu veículo, marca Ford Scott - placa KIP - 7524 - PE. Para evitar que atropelasse o mesmo, porém motocicletas que seguem no mesmo sentido não conseguiram desviar, chegando a atropelá-lo Sr. Francisco Porfiro Ribeiro, vulgo "Tozinho" foi quando uma das motos tentando não colidir com a outra moto, veio a colidir com o carro do Sr. José Robério, batendo na lateral direita do seu automóvel. Fomos ao local do acidente onde conduzimos as vítimas ao hospital local. Nas quais receberam os primeiros socorros e posteriormente foram encaminhados ao Hospital Regional do Agreste em Caruaru, pois os Sr. Antonio Felix da Silva que vinha conduzindo uma das motos, sofreu fratura exposta em uma das pernas e o Sr. Sebastião César Gomes que pilotava a outra moto, veio a quebrar o braço esquerdo, e as Sras. Iradima Gomes de Lima, Ângela Mereci Bezerra e Luciana Araújo Gomes, que sofreram também sérias escoriações e tiveram também que ser encaminhadas para Caruaru, os amigos das vítimas não atenderam a ordem deste policial que determinou que fossem levadas à Delegacia as motos envolvidas no acidente, os mesmos evadiram-se com as referidas motos para Santa Cruz, procedendo assim de forma a atrapalhar o serviço da polícia. Nada mais digno de registro, encerro a presente Ocorrência. Jataúba, 20 de novembro de 2005. Eu EDILSON SANTANA DA SILVA, lavrei a presente Ocorrência.

_____, 20/11/2005.

Em tempo o Sr. Antonio Felix da Silva compareceu a esta Depol e apresentou os documentos da moto envolvida no acidente acima descrito, juntamente com sua CNH nº 02153689497,, a moto é Honda/NX - 4, Falcon, ano e modelo 2002, placa KLW - 6546, Caruaru - PE, chassi nº 9C2ND07002R005042, em nome de José Hilton Francisco de Lima. Jataúba, 21/08/2006.

_____, 21/08/2006.



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Fundação de Saúde Amaury de Medeiros - FUSAM
HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE - HRA
RESUMO DE ALTA

Paciente: Antônio Edir Silva

Idade: 053.929

Data: 20 / 11 / 05

Hora: 20:06

DIAGNÓSTICO

Fratura - lúscara - exposta INZE

AMBULATORIO DE EGRESSO - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Retorno ao ambulatório para o
tratamento (Dr. Patrício / Dr. Bartolomeu /
Claudio Raposo) em 15 dias

TRATAMENTO REALIZADO

Tto cirúrgico (limpeza medula
de por Dr. Nilton) + gesso tipo bota
elástica interna

Data Hospitalar: 28 / 11 / 05

Hora: 10:26

11/12/05

Dr. Rogério Nogueira

Ass. do Médico e CRM
Carimbo



Clinica Civil de Pernambuco
5ª Unidade Seccional

13/01/2006

ISTRADO Nº 371

Matrícula 155/163

Funcionário

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DESPESA SOCIAL
DIRETORIA DE POLÍCIA CIENTÍFICA
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL ANTÔNIO PERSIVO CUNHA

19/06/06
17:39

EXAME COMPLEMENTAR DA PERÍCIA - Nº. 926 / 06

REQUISITADO POR: BEL. ARISTIDES SALES PORPINO FILHO Ofício nº. 100.06 Data: 14 de Junho de 2006
ENCAMINHAR PARA: 111ª CIRC. DE JATAÚBA-PE

Os Médicos Legistas abaixo assinados, cumprindo determinação do Diretor do Instituto Médico Legal Antônio Persivo Cunha, de acordo com o disposto na legislação vigente, examinado às 16:15 horas do dia 19 de junho de 2006, na Seção de Clínica Médico-legal, procederam o exame de: **ANTÔNIO FELIX DA SILVA**, filho(a) de ** e ** de cor **preta**, sexo **masculino**, cabelos **pretos**, barba por fazer, estado civil **casado**, aparentando a idade de 30 anos, peso **, com ** cm de estatura, residente à **Rua Jailson Ferreira Tenório nº **, bairro **, município Stº Cruz Do Capibaribe, Estado PE, natural de Belo Jardim PE, nacionalidade Brasileira, documento apresentado ****, profissão Func Público, vestes **, sinais particulares **, local da ocorrência **, verificaram o que, a seguir, descrevem, pelo que respondem a estes quesitos:**

1º Da ofensa à integridade corporal ou à saúde do periciando resultou: Debilidade permanente de membro, sentido ou função; perigo de vida; incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias, aceleração de parto? (especificar) **SIM, DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, PELAS SEQUELAS DO TORNOZELO. INCAPACIDADE PARA AS OCUPAÇÕES HABITUAIS POR MAIS DE 30 (TRINTA) DIAS, PELA FRATURA-LUXAÇÃO EXPOSTA DO TORNOZELO ESQUERDO.**

2º Da ofensa resultou deformidade permanente, perda ou inutilização de membro, sentido ou função, enfermidade incurável, incapacidade permanente para o trabalho, aborto? (especificar) **Sim - Deformidade permanente do membro inferior esquerdo, pelas cicatrizes descritas.**

3º Do ponto de vista Médico-legal, o periciando está restabelecido? **Não.**

*** **HISTÓRICO** - Periciando com história de ter sido envolvido em acidente de trânsito (moto) no dia vinte de novembro de 2005, onde fora atendido no Hospital Regional do Agreste, nesta cidade e submetido a tratamento cirúrgico de fratura luxação do tornozelo esquerdo. No momento informa ainda esta em tratamento fisioterápico, no entanto refere grande dificuldade para deambulação.

*** **DESCRIÇÃO** - Ao exame pericial observamos o periciando com deambulação claudicante, edema importante do pé e tornozelo à esquerda, assim como percebemos cicatrizes deformantes, sendo uma linear, medindo oitenta milímetros, hipertrômica e com marcas de pontos, na face ântero-lateral do terço distal da perna esquerda, e a outra grosseiramente arredondada, com retração e depressão da pele, com seus maiores eixos medindo sessenta por cinquenta milímetros, localizada na face anterior do terço distal da perna esquerda. Observamos ainda limitação nos movimentos de rotação lateral e medial do tornozelo esquerdo.

*** **DISCUSSÃO / CONCLUSÕES** - **

Rua Marques do Pombal, nº 455, Santo Amaro - Recife-PE - CEP: 50.100-170.





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
DIRETORIA DE POLÍCIA CIENTÍFICA
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL ANTÔNIO PERSIVO CUNHA



Lido e achado correto os médicos legistas que assinam Drs. SAULO PADILHA VILELA
LUCIANA MARIA QUEIROZ DE OLIVEIRA BORGES

Saulo Padilha Vilela
1º Perito
CRM -

Julio Pacífica Vilela
CRM 10960
Matr. 203.817-0

Luciana Maria Queiroz de Oliveira Borges
2º Perito
CRM -



Fig. 31



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
Hospital de Defesa Social

Antônio
Número: 201 M

HISTÓRICO

Fuente

LABORATORIO DE

Retorno

Luciane Da

Cláudio

AMAMENTO REAL



Hospital



Assupenhando Direção

HOSPITAL PEDRO I

FUNDADO EM 31.10.1926 PELA LOJA MACÔNICA "REGENERAÇÃO CAMPINENSE"
Rua Pedro I, 805 - São José - CEP. 58.107-615 - Campina Grande - PB
Fone PABX: (83) 3315-7700 / FAX: (83) 3315-7701
E-Mail: hpi@terra.com.br
CNPJ(MF): 08.526.006/0001-09 / Insc. Est.: 16.101.096-2

Quando Médico

Antônio Felix de Sousa

32 anos

R.G. 2184309 SSP/PB

Paciente vítima de acidente de trânsito no dia 20/11/2015, foi admitido com ferimentos com fratura exposta de nível do tornozelo direito, CID. S92B.

Foi submetido a tratamento cirúrgico e apresenta como sequelas definitivas angulação tibio-talocr, há edema residual de extremidade e dor à deambulação.

Godofredo N. Borborema
ORTOPEDISTA
CRM 1293 / CDE 131.527.04-34

QUANDO RETORNAR, TRAZER ESTA RECEITA.



Processo nº 2436/2009

Demandante: ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA

Demandada: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT

SENTENÇA

Vistos, etc.

ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA, qualificado nos autos, ingressou com a presente ação contra a SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT, igualmente identificada, objetivando o pagamento de diferença de indenização de seguro obrigatório decorrente de acidente de trânsito, do qual resultou sua invalidez. Juntou procuração e documentos de fls.

A sessão de conciliação resultou infrutífera (fls.). Na própria sessão de conciliação, a parte autora, informando não ter outras provas a produzir nos autos, por se tratar de matéria apenas de direito, requereu o julgamento antecipado da lide, o que restou sem qualquer impugnação pelo demandado.

No mais, dispensado relatório ex vi do art. 38, caput, da Lei nº 9.099/95.

Decido.

Em contestação, o demandado argui, preliminarmente, a incompetência deste Juízo, em razão da necessidade de produção de prova pericial e de carência de ação pela ausência de documento essencial. Cumpre notar serem destituídas de fundamento as alegações, pois não se discute, *in casu*, a existência ou não da invalidez do autor, ou o seu direito ao recebimento do seguro obrigatório, uma vez que a invalidez já foi reconhecida por seguradora consorciada, com pagamento do valor correspondente, sendo a discussão afeita ao valor pago, e não à existência de invalidez.

Ainda, é de se ressaltar que a ocorrência de quitação prévia não impede a cobrança da diferença decorrente do pagamento em quantia inferior ao equivalente a quarenta salários mínimos, não sendo assim, o pagamento prévio, impedimento para que exista interesse de agir do demandado, ou justificativa para reconhecimento da perda do objeto da ação.

Pelo exposto, rejeito as preliminares.

No mérito, melhor sorte não assiste ao contestante.

Restou demonstrado nos autos, que foi paga indenização referente ao sinistro ocorrido com a parte autora, no valor de R\$ 2.698,77 (dois mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta e sete centavos) no dia 28.02.2007 (fl. 16).

O valor pago pela seguradora não pode ser reconhecido como quitação total do valor do seguro, se o recebimento foi de apenas parte do valor garantido por lei. Esse é o entendimento pacífico dos tribunais. Observe-se:

"SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS - INDENIZAÇÃO POR MORTE - FIXAÇÃO EM SALÁRIOS-MÍNIMOS - LEI 5194/74, ART. 3º - RECIBO DE QUITAÇÃO - RECEBIMENTO DE VALOR INFERIOR AO LEGALMENTE ESTIPULADO - DIREITO A COMPLEMENTAÇÃO

flm





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE CARUARU

processo nº 2436/2009

I – Omissis. II – Igualmente consolidado o entendimento de que o recibo de quitação outorgado de forma geral, mas relativo à indenização de parte do direito regularmente assegurado, não traduz renúncia a este direito e, muito menos, extinção da obrigação. Precedentes do STJ: (RESP. 129.182 – SP, rel. Min. Walter Zetter).

"DIREITO CIVIL – RECURSO ESPECIAL – AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO SUMÁRIO – SEGURO OBRIGATORIO (DPVAT) – COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO – ADMISSIBILIDADE

O recibo de quitação outorgado de forma geral e genérica, mas relativo à satisfação parcial do quantum regularmente assegurado pelo art. 3º da Lei 6.194/74, não se traduz em renúncia a este, sendo admissível postular em juízo a sua complementação. Precedentes: (RESP. 363.604 – SP, rel. Min. Nancy Andrighi, DJ 17.6.03).

Note-se não haver mais o que se discutir quanto à apresentação dos requisitos para recebimento do seguro por invalidez permanente, considerando que o prêmio já fora pago em parte administrativamente, pelo motivo de invalidez, conforme comprova o recibo de fis.

Quanto ao valor, observe-se, ainda, que a Lei nº 6.194/74, que instituiu o seguro obrigatório de danos de danos pessoais causados por veículos automotores em via terrestre, prevê, na alínea "b" de seu art. 3º a indenização no valor de até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no país – no caso de invalidez permanente.

Conforme entendimento pacífico dos tribunais superiores, a edição das Leis nº 6.205/75 e nº 6.423/77, não significou a derrogação do art. 3º da Lei n. 6.194/74. Observe-se

"SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS: FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO COM BASE EM SALÁRIOS-MÍNIMOS. LEI 6.194/74, ART. 3º, LEI 6.205/75 E 6.423/77. As Leis 6.205 e 6.423 não revogaram o critério da fixação da indenização Lei 6.194, art. 3º em salários-mínimos, que, pelo marcante interesse social e previdenciário decorrente do seguro, quer proporcional ao menor estabelecido critério de fixação de valor indenizatório, não se constituindo em falta de correção monetária a que se refere ao "seu supereminente" (Recurso Especial 12.145 – SP, rel. Min. Aloysio Corrêa, DJ 11.11.91).

"CIVIL. SEGURO OBRIGATORIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS-MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO VALIDADE. LEI N. 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE.

I – O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários-mínimos, assim fixado taxativamente critério legal explícito, não se confundindo com critério de reparação e, portanto, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que regem o uso do salário-mínimo. Como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (REsp. 140.180/92, Rel. p. acórdão Min. Aloysio Corrêa, DJ 04.08.93).

II – O motivo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o obriga ao reavido, em juízo, a devolução em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie.

III – Recurso Especial conhecido e provido. (REsp. 236.675-SP, rel. Min. Aloysio Corrêa, DJ 25.8.2001).

Assim é que, encontrando-se em pleno vigor a prescrição do art. 3º, da Lei nº 6.194/74, quando do acidente, o montante da indenização deve obedecer ao ali definido, pouco importando que outro valor conste do bilhete do seguro ou de resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP ou da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Nesse contexto, segundo a regra insculpida no art. 5º, §1º, da Lei nº 6.194/74, tenho que o valor do salário-mínimo a ser considerado para o cálculo da complementação deve ser o vigente à época do pagamento.

A lei vigente à época do acidente, a Lei nº 6.194/74, que instituiu o convênio do seguro DPVAT, administrado pela Federação Nacional dos Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG – não estabelece qualquer distinção ou grau de incapacidade para pagamento da indenização pela demandada, não há que se cogitar de eventual verba indenizatória, de forma que, aferida a invalidez permanente, não há que se cogitar de eventual graduação para limitar o direito do beneficiário. Assim, as resoluções da SUSEP – Superintendência dos Seguros Privados padecem de ilegalidade, sendo, pois, inaplicável a hipótese dos autos, segundo a exegese do art. 84, inc. IV, da Constituição Federal, que somente autoriza a expedição de regulamentos para a fiel

fm





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE CARUARU

Processo nº 2436/2009

execução das leis e não para disciplinar matéria regulada em lei de forma absolutamente diversa. Esse entendimento majoritário da jurisprudência nacional. Observe-se:

"Ação de cobrança - DPVAT - Invalidez permanente - Recibo de quitação - Valor probante parcial - Direito do remanescente - Valor previsto na lei - Impossibilidade de aplicação de resoluções e instruções do CNSP e, razão do grau de invalidez - Fixação em salários mínimos - Possibilidade - Condenação mantida - Ligação de má-fé. Em se tratando de indenização por invalidez permanente prevista no seguro DPVAT, o valor deverá ser no importe de 40 salários mínimos, conforme previsto no artigo 3, letra "b" da Lei 6.194/74, não se aplicando nenhuma tabela baseada em instruções ou resoluções de órgãos com funções meramente administrativas, financeiras e fiscalizadoras das operações das sociedades seguradoras, em desacordo com o texto legal específico, que fixa o valor da indenização. O recibo com quitação gerat e plena, em que consta especificamente o valor pago, exonera o devedor em relação a esse valor, não podendo servir de quitação para eventuais valores remanescentes, pena de Enriquecimento sem causa. A fixação da indenização em salários mínimos não constitui violação a norma constitucional, como já decidiu o STJ, haja vista que não é considerado vício de correção, mas apenas para base de cálculo do "quantum" a ser indenizado. A matéria vem sendo reiteradamente decidida pelos tribunais, não havendo divergência, sendo que a imposição do recurso em face pela contestação ligada de má-fé, nos termos do artigo 17, VII, do Código de Processo Civil", (1ª Turma Recursal de Dinópolis - Rec. nº 0223-05/150239-0 - Rel. Juiz José Maria dos Reis)

"COBRANÇA, ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO OBRIGATORIO DE VEICULO, PRESCRIÇÃO, INOCORRÊNCIA, DEBILIDADE PERMANENTE, PERÍCIA TÉCNICA, INEXATIDÃO DO GRAU DE INVALIDEZ, DESNECESSIDADE, BOLETIM DE OCORRÊNCIA, INCOMPETÊNCIA DO JUZADO ESPECIAL CÍVEL, REPELIDA, VALOR DA INDENIZAÇÃO QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS, POSSIBILIDADE. 1) - O prazo prescricional para cobrança de seguro DPVAT é de três anos, nos termos do art. 206, § 3º, inciso IX, do Código Civil Brasileiro, eis que o Recorrido é beneficiário de seguro obrigatório e não segurado. 2) Prescinde de prova pericial para averiguação do grau de invalidez, o requerimento de indenização do seguro obrigatório em autos nos quais há comprovação da ocorrência do acidente automobilístico, com lavratura imediata e lesões de caráter permanente sofridas pela vítima. 3) - Se os elementos de prova dos autos, aliados à verossimilhança da versão do ofendido e de outras provas documentais, fazem emergir claramente o nexo causal entre o fato, as lesões e suas consequências, desnecessária se torna a realização de perícia técnica, não havendo o que se fazer em complexidade da matéria probante que pudesse afastar a competência do Juizado Especial Cível. 4) - A simples apresentação do boletim de ocorrência é suficiente para pleitear o pagamento, não podendo ficar na dependência de outras provas. O boletim é prova "jura tantum". 5) - Para a caracterização da invalidez permanente basta a perda ou impotência funcional, total ou parcial, de um membro ou órgão em caráter definitivo, seja o término do tratamento do paciente, não sendo necessário que o acidentado fique totalmente impossibilitado de exercer outros mistérios. 6) - O quantum da condenação fixado em salários mínimos não representa fator social de correção e sim base de quantificação do montante reparatório. 7) O percentual reconhecido na sentença como satisfatório a indenização não necessidade de um cálculo aritmético exato para quantificação das lesões, que sendo permanentes, possibilitam até o valor total previsto em lei, sendo suficiente a avaliação moderada do julgador, ainda mais quando leva em consideração elementos da própria resolução do CNSP. 8) Recurso conhecido e improvido (Recurso nº 2.161/2007 - Participaram do julgamento os Excelentíssimos Senhores Juizes: CONSTANTINO BRAHUNA (Presidência/Vogal), PETRUS AZEVEDO (Vogal) e AUGUSTO LEITE (Relator) em 18 de julho de 2007).

"AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATORIO (DPVAT) - ACIDENTE DE TRÂNSITO - INVALIDEZ PERMANENTE - RECIBO DE QUITAÇÃO DA QUANTIA EFETIVAMENTE PAGA QUE NÃO IMPORTA RENÚNCIA AO DIREITO DE POSTULAR EM JUÍZO A DIFERENÇA - PRELIMINAR AFASTADA - INVALIDEZ COMPROVADA ATRAVÉS DE PERÍCIA REALIZADA PELOS PREPOSTOS DA SEGURADORA E PELO LAUDO EMITIDO PELO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - INDENIZAÇÃO DEVIDA NO VALOR QUANTIFICADO EM 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS COM DEDUÇÃO DA QUANTIA JÁ RECEBIDA - NORMAS DA CNSP E DA SUSEP - INAPLICABILIDADE - VIGÊNCIA DO ART. 3º DA LEI Nº 6.194/74 - NÃO REVOGAÇÃO PELAS LEIS 6.205/75 E 6.423/77 OU PELO ART. 7º, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - DIREITO A COMPLEMENTAÇÃO DEVIDAMENTE RECONHECIDO - IRRELEVÂNCIA DA EXTENSÃO DA INCAPACIDADE LABORATIVA DO BENEFICIÁRIO - CORREÇÃO MONETÁRIA FIXADA DESDE A DATA DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO A MENOR - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO

1. A quitação passada pelo beneficiário do seguro obrigatório em valor menor do que o efetivamente devido não impede a pretensão daquele à complementação da quantia que lhe é garantida por lei.

2. "Soberão por meio das espécies normativas devidamente elaboradas, conforme as regras de processo legislativo, pode-se criar obrigações para o indivíduo. Prevalece a lei, hierarquicamente, sobre as normas expedidas pelas empresas seguradoras e fiscalizadoras da atividade securitária" (TJSC, AC nº 2004.035084-2, Des. Wilson Augusto do Nascimento).

Em suma, tem-se que no presente caso o valor máximo da indenização em tese seria de

quarenta salários mínimos, por se verificar o resultado de invalidez permanente.
Dos autos, observa-se que já foi paga a quantia de R\$ 2.698,77 (dois mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta e sete centavos) no dia 28.02.2007 (fl. 16). Resta, assim, o pagamento no valor de R\$ 10.801,23 (dez mil, oitocentos e um reais e vinte e três centavos), limitado ao valor da causa.

flm





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
1 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE CARUARU

Processo nº 2436/2009

Por esses fundamentos, ante o exposto, como expresse no corpo deste *decisum*, JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO DEDUZIDA NA INICIAL, para condenar a empresa ré a pagar a parte autora a importância de R\$ 10.801,23 (dez mil, oitocentos e um reais e vinte e três centavos) (valor este corrigido pela tabela do ENCOGE, a partir do dia 28.02.2007, acrescido de juros de mora de 1%, ao mês a partir da citação, pondo fim ao feito com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, da lei de rito.

Caso a parte demandada não efetue o pagamento no prazo de 15 dias, contados do trânsito em julgado, independente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de 10% (dez por cento) – (Enunciado 105- FONAJE, de redação inspirada no art. 475-J do Código de Processo Civil).

No Juizado Especial Cível, em 1º grau de jurisdição, não há condenação em custas processuais e honorários advocatícios (Lei nº 909/95, arts. 54 e 55). Publique-se, registre-se e intimem-se.

Caruaru, 27 de setembro de 2010.

Helena C. M. de Medeiros

Juíza de Direito Substituta

Cinta em
15/10/10, pelo
Siquiaciana
Nair Jmilsa Caralcanti Sousa
Advogada
OAB/PE - 25.460





Número: **0136504-49.2018.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 30ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **20/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO FELIX DA SILVA (AUTOR)		BRUNO LEONARDO NOVAES LIMA (ADVOGADO) MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTI (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
48374001	26/07/2019 14:40	DARJ RECURSO DE APELAÇÃO 2019-02957	Guias de Recolhimento / Depósito / Custas

25/07/2019 - BANCO DO BRASIL - 14:48:16
484416940 0291


COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio CUSTAS JUDICIAIS - TJPE
Codigo de Barras 85840000002-7 97700073201-5
90725012701-0 20197166010-8
Data do pagamento 25/07/2019
Valor em Dinheiro 297,70
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 297,70

NR.AUTENTICACAO 3,DF7,C03,88B,0AE,FA2

25/07/2019

<https://www.tjpe.jus.br/darj/2grau/impressao.asp>

 <p>PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS JUDICIÁRIAS - DARJ</p>		01 - BANCOS CREDENCIADOS: BANCO DO BRASIL		02 - CÓD. UNID. CARTORÁRIA Processo Judicial Eletrônico TJPE Recife - 127	
03 - NÚMERO DA GUIA I 2019716601		04 - CONTRIBUINTE COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS- CPF:33.054.826/0001-92		05 - DATA DE EMISSÃO 25/7/2019 10:21:07	
06 - NATUREZA DA AÇÃO		07 - Nº DO PROCESSO 136504-19.2018.8.17.2001		08 - VALOR DECLARADO 7.975,95	
09 - CÓD. DO ATO		10 - QUANT.		11 - OBSERVAÇÃO	
101				Julg. civil em grau de recurso 217,94	
201				Taxa Judiciária 79,76	
Este tipo de DARJ (CUSTAS DIVERSAS) NÃO poderá ser utilizado para custas iniciais do 1º grau.				14 - VALOR TOTAL: 297,70	

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1ª VIA - BANCO

2ª VIA - UNIDADE CARTORÁRIA AUTOS

3ª VIA - CONTRIBUINTE

85840000002 7 97700073201 5 90725012701 0 20197166010 8





26/07/2019

Número: **0136504-49.2018.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 30ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **20/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO FELIX DA SILVA (AUTOR)		BRUNO LEONARDO NOVAES LIMA (ADVOGADO) MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTI (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
48374002	26/07/2019 14:40	SEGUNDO DISTRIBUIDOR PAGO	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas

2º OFÍCIO DE CONTADORIA E DISTRIBUIÇÃO DA CAPITAL
BEL. CASSIANO RICARDO UCHÔA MAIA

RECIBO

Lei nº 11404 de 19 de dezembro de 1996

Nº DO PROCESSO 00136504-49
VARA 30ª Cível

2018 8.17.2001

Recebi de Cia. Excelsior de Seguros S. A.
a importância de R\$ 32,69 referentes aos emolumentos da Contadoria do
feito acima caracterizado.

Recife, 26/07/2019



Bel. Cassiano Ricardo Uchôa Maia



Bel. CASSIANO RICARDO UCHÔA MAIA
SEGUNDO CONTADOR DISTRIBUIDOR DA CAPITAL
FORUM DO RECIFE
RECIFE - PERNAMBUCO

VALOR DA CAUSA 7.975,95

PROCESSO Nº 00136504-49.2018.8.17.200

CONTA - APELAÇÃO

VARA: 30ª CÍVEL

Lei No. 11.404 de 19/12/1996.

(Regimento de Custas)

Atos do Tribunal de Justiça - Tabela "A":..... R\$

Custas atribuídas ao Poder Judiciário - Tabela "B"

Do Processo	R\$	
Da Adjudicação	R\$	217,94
Da Partilha	R\$	
Da Reconvenção	R\$	
TOTAL		R\$ 217,94

Do Contador e Distribuidor

Tabela "C" I e IV

Da Conta.....	R\$	32,69
Do Cálculo.....	R\$	
Da Distribuição.	R\$	
TOTAL		R\$ 32,69

Taxa Judiciária R\$ 79,76

Transporte das Custas R\$

TOTAL R\$ 330,39

REDE DE AGÊNCIAS SANTANDER
DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE

26/07/2019 10:40:05 DATA CONTABIL: 26/07/2019
LOCAL: 033-4014 - RECIFE-FOR
TRANSACAO: 00000044 TERMINAL: 00000003

CASSIANO RICARDO UCHÔA
BANCO: 033 AGENCIA: 4014 CONTA: 01-000343-6

EM DINHEIRO: 32,69
EM CHEQUES: 0,00
VALOR TOTAL: 32,69

ACESSE O APP OU IB SANTANDER PARA CONSULTAS E
TRANSACOES A QUALQUER HORA OU LUGAR.

SRB 4014 003 26072019 0012 32,69R 2002
000044 033-4014-001000343-6 CONTAMAX

SR(A). CLIENTE - ATENCAO !!!
CONFIRA NOME, CONTA E VALOR

Recife,

26-jul-19

O Contador

